A previdência complementar fechada no Brasil representa um dos pilares mais sólidos de proteção social de longo prazo e de desenvolvimento econômico sustentável. Estruturada sob o princípio de não ter objetivo de lucro, esse modelo — operado pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) — se diferencia por alinhar interesses de participantes, patrocinadores, e instituidores promovendo eficiência, segurança e visão de longo prazo.

Diferentemente de alternativas de mercado, as EFPC não visam lucro. Isso significa que os resultados obtidos com a gestão dos recursos retornam diretamente aos participantes, na forma de melhores benefícios ou menores custos. Esse modelo contribui para uma maior rentabilidade líquida ao longo do tempo, especialmente quando comparado a produtos financeiros tradicionais com estruturas de taxas mais elevadas.

O sistema já demonstra sua relevância social de forma concreta: são pagos regularmente cerca de R$ 10 bilhões por mês em benefícios, garantindo renda estável para milhões de assistidos. Essa previsibilidade reforça a função da previdência complementar como instrumento de proteção na aposentadoria, reduzindo vulnerabilidades e ampliando a segurança econômica das famílias.

Além do impacto social direto, a previdência complementar fechada desempenha papel estratégico na economia. Com ativos da ordem de R$ 1,4 trilhão, o sistema constitui uma das principais fontes de poupança de longo prazo do país. Esses recursos são investidos de forma diversificada e responsável, contribuindo para:

- financiamento de projetos estruturais,
- desenvolvimento do mercado de capitais,
- estabilidade financeira em ciclos econômicos adversos.

Essa característica anticíclica reforça o papel das EFPC como agentes relevantes para o crescimento sustentável.

Apesar de sua relevância, pouco mais de 3% da população economicamente ativa participa da previdência complementar fechada. Esse dado evidencia um enorme potencial de expansão, ainda não realizado. Entre as principais razões estão:

- Baixa cultura previdenciária: muitos trabalhadores não têm acesso à informação ou educação financeira suficiente para compreender a importância do planejamento de longo prazo.
- Informalidade no mercado de trabalho: uma parcela significativa da população está fora de vínculos formais, dificultando o acesso aos planos tradicionais patrocinados por empresas.
- Percepções equivocadas: ainda persistem ideias distorcidas sobre custo, acesso e funcionamento das entidades, o que afasta potenciais participantes.

O setor, no entanto, vem evoluindo de forma consistente. Destacam-se:

- Novos produtos, mais flexíveis e adaptados a diferentes perfis de trabalhadores;
- Fortalecimento da governança, com práticas modernas de gestão e transparência;
- Capacidade de entrega comprovada, tanto em rentabilidade quanto em pagamento de benefícios.

Esses avanços criam condições favoráveis para ampliar a confiança e a adesão ao sistema.

Para enfrentar o desafio estrutural da baixa adesão, é essencial atuar na origem do problema: o conhecimento. Nesse sentido, ganha relevância a proposta de incluir o tema da previdência social e complementar nos currículos do ensino fundamental e médio, já aprovada na Câmara dos

Deputados e atualmente em tramitação no Senado.

A formação de uma cultura previdenciária desde cedo permite que os jovens compreendam conceitos como poupança de longo prazo, planejamento financeiro e proteção social, criando uma geração mais preparada para decisões conscientes ao longo da vida.

Além disso, é fundamental intensificar iniciativas de educação financeira e previdenciária, como o projeto Poupadores do Futuro, do Ministério da Previdência Social, que busca disseminar esses conceitos de forma acessível e prática.

Complementarmente, avança a discussão sobre a criação de um Código de Defesa do Poupador, instrumento que pode reforçar a proteção, a transparência e a confiança dos cidadãos em produtos de poupança e previdência — elemento essencial para ampliar a participação no sistema.

Diante desse cenário, torna-se fundamental levar o tema da previdência complementar fechada aos espaços de decisão estratégica. Algumas iniciativas ganham destaque:

- Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Previdência Complementar Fechada: espaço institucional para debate e formulação de políticas públicas voltadas à expansão do sistema.
- Micropensões: proposta inovadora que visa incluir milhões de trabalhadores — especialmente de aplicativos e da economia digital — por meio de soluções acessíveis e adaptadas à sua realidade.
- Parceria com a ABRH: cooperação estratégica para disseminar o tema entre profissionais de gestão de pessoas, ampliando o alcance dentro das organizações.
- Agenda com presidenciáveis: inserção da previdência complementar como parte de um projeto estruturante de país, reforçando seu papel na sustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro.

O Brasil enfrenta desafios relevantes no campo previdenciário, decorrentes de mudanças demográficas, fiscais e no mundo do trabalho. Nesse contexto, a previdência complementar fechada se apresenta não como alternativa isolada, mas como parte essencial da solução — combinando proteção social, eficiência econômica e visão de longo prazo.

Ampliar sua cobertura, fortalecer sua imagem, investir em educação previdenciária e adotar uma comunicação estratégica em linguagem simples, que aproxime o tema da realidade das pessoas, são passos decisivos para que mais brasileiros possam compreender, confiar e aderir a esse modelo.

Em síntese, trata-se de um sistema que já entrega valor concreto — e que, com as condições certas, pode fazer muito mais pelo futuro do Brasil.

***Devanir Silva** é Diretor-Presidente da Abrapp

Fonte: Abrapp em Foco, em 10.04.2026.